



Valor Econômico – 29 Jun 2004

Empresas terão que arcar com obras

O setor elétrico brasileiro precisará de investimentos da ordem de R\$ 20 bilhões anuais nos próximos oito anos para sustentar um crescimento de 3,5% do Produto Interno Bruto (PIB), dos quais 62%, ou R\$ 8,4 bilhões, deverão ser proporcionados pela iniciativa privada. É o que revela estudo da Câmara Brasileira de Investidores em Energia Elétrica (CBIEE), feito em parceria com a Consultoria Tendências e apresentado ontem durante o seminário "Crises e Soluções na Indústria Elétrica Mundial".

A intensidade dos investimentos privados, no entanto, segundo o diretor-presidente da CBIEE, Claudio Sales, dependerá de decisões políticas tomadas pelo próprio governo nos próximos anos. Entre elas, a definição clara do uso das estatais e o comportamento dos fundos de pensão como potenciais investidores.

O documento indica que, da necessidade total apontada, a área de geração de energia elétrica precisará de investimentos de R\$ 13,4 bilhões e os segmentos de distribuição e transmissão juntos de R\$ 6,6 bilhões anuais. No próximo ano, 87% da demanda por geração, mostra o estudo, será atendida com a implementação do Programa de Incentivo a Fontes Alternativas (Proinfa), lançado em março pelo Ministério de Minas e Energia (MME). Os 13% restantes ficarão a cargo de possíveis investidores privados. "Os recursos públicos estão cada vez mais escassos e as empresas privadas temerosas. Quem vai assumir o risco de aplicar o dinheiro em um setor onde a carga tributária é elevada, o marco regulatório ainda está sob regulamentação e o papel efetivo do investidor privado e público ainda não está claro?", questionou Sales.

O presidente do conselho da Tractebel Energia, Maurício Bähr, apontou uma série de entraves para os investimentos privados. Ele cita a dificuldade de licenciamento ambiental das hidrelétricas de São Salvador (241 megawatts), onde a companhia prevê investir sozinha e na gigantesca Estreito (1.087 MW), onde a Tractebel tem 30% das ações, mesma participação da Vale.

Os outros 40% são divididos com a Alcoa e BHP, que juntas investirão R\$ 2 bilhões. Bähr lembrou que São Salvador foi licitada em 2001 e Estreito em 2002, as duas no rio Tocantins, mas nenhuma obteve ainda licença ambiental. "Estamos lutando com questões ambientais e com o novo modelo", disse o executivo.

O que continua preocupando a Tractebel é a regulamentação do novo modelo, que ainda não deixou claro como será compensada a tarifa paga pelo Uso do Bem público (UBP), paga nos leilões de concessões, realizados durante a vigência do modelo anterior, que permitia o repasse desse custo e a venda livre. Agora, os geradores só podem vender para o pool e os valores pagos pelo UBP aumentam em R\$ 20 milhões anuais o custo do investimento. "A lei prevê uma compensação, mas existe um limite, que ainda não é conhecido", explica Bähr.

Outro problema ainda sem solução é a forma de venda da energia de Canabrava (450 MW), que custou US\$ 400 milhões. Essa obra foi antecipada a pedido do governo durante a crise do racionamento e agora pode ter sua energia considerada "velha", tendo como competir com empreendimentos já amortizados. Mesmo após o senado aprovar uma retroatividade para a vigência dessa regra, ela foi alterada no Ministério de Minas e Energia.